

Juréia em litígio

Categories : [Notícias](#)

Continua a todo vapor a briga entre a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo e os moradores da Estação Ecológica da Juréia. Estava previsto para hoje (29) um protesto em frente à Fundação Florestal – órgão da secretaria que cuida de áreas protegidas - pela liberação de visitas públicas na Juréia, em especial na Cachoeira do Paraíso (Núcleo Itinguçu), e para que “haja mais democracia participativa na propositura do desenho do novo Projeto de Lei”, que deve criar o Mosaico de Unidades de Conservação Juréia-Itatins.

Há anos os moradores do interior da Estação Ecológica se dizem “revoltados com a política estadual do meio ambiente” de São Paulo. Isso porque a criação da Estação Ecológica, em 1987, impediu que cerca de 300 famílias que já moravam no local praticassem desmatamentos e caça. Em junho deste ano, a Justiça de São Paulo considerou inconstitucional o Mosaico de Unidades de Conservação, criado em 2006 justamente para tentar resolver o problema dos moradores, e, desde então, as comunidades vêm lutando por maior liberdade de uso da terra dentro das áreas protegidas.

No protesto previsto para hoje, também estava prevista a entrega de um documento à Fundação Florestal, pedindo que todas as áreas que possuem habitadas por comunidades na Juréia sejam consideradas Reservas de Desenvolvimento Sustentável. São elas: Cachoeira do Guilherme, Rio Comprido, Tocaia, Caramborê, Grajaúna, Praia do Una, Praia da Juréia, Rio Verde, Rio das Pedras, Aguapeú, Despraiado, Aguapeuzinho, Tetequera, Utinguinha, Utinguçu, Barro Branco e Guaraúzinho. Muitas das comunidades do interior da UC não são consideradas tradicionais.

Leia mais:

[Justiça invalida mosaico da Juréia](#)
[Juréia em análise](#)